

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
OITAVA CÂMARA

Processo nº. : 10730.000010/96-15
Recurso nº. : 116.655
Matéria: : IRPJ e OUTROS - EX: DE 1990
Recorrente : CANAL E TRANSMISSÕES INTERTV LTDA
Recorrida : DRJ NO RIO DE JANEIRO (RJ)
Sessão de : 11 DE NOVEMBRO DE 1.998
Acórdão nº. : 108-05.450

CRÉDITO TRIBUTÁRIO APURADO EM PROCEDIMENTO DE OFÍCIO – PENALIDADE APPLICÁVEL – ENCARGOS MORATÓRIOS: Incide a multa específica e diferenciada para procedimento de ofício, quando o tributo é apurado e exigido através de auto de infração, procedimento que afasta a incidência da multa de mora. Enquanto pendente de liquidação, o crédito tributário lançado fica sujeito aos encargos da demora previstos na legislação tributária, sendo legítima a incidência da TRD a partir da Medida Provisória que resultou na Lei 8.218/91.

RECURSO NÃO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CANAL E TRANSMISSÕES INTERTV LTDA,

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.



MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE



JOSÉ ANTONIO MINATEL
RELATOR

FORMALIZADO EM: 11 DEZ 1998

Processo nº. : 10730.000010/96-15

Acórdão nº. : 108-05.450

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: MÁRIO JUNQUEIRA
FRANCO JÚNIOR, NELSON LÓSSO FILHO, TÂNIA KOETZ MOREIRA, JOSÉ
HENRIQUE LONGO, MARCIA MARIA LORIA MEIRA e LUIZ ALBERTO CAVA
MACEIRA.

jom

Gal

Processo nº. : 10730.000010/96-15

Acórdão nº. : 108-05.450

Recurso nº. : 116.655

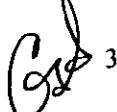
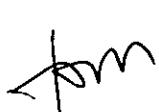
Recorrente : CANAL E TRANSMISSÕES INTERTV LTDA

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto contra a decisão de fls. 340/343, tão-somente com o objetivo de questionar a multa e os acréscimos moratórios que foram aplicados nos autos de infração mantidos em primeira instância, uma vez que a empresa, dentro do prazo de impugnação, informa que promoveu o recolhimento dos tributos lançados de ofício que entendia devidos, recolhimentos estes que foram efetuados com acréscimo de multa moratória de 20% e juros de 1% ao mês, conforme cópias de DARFs que acompanharam a peça impugnatória e foram acostadas às fls. 323/326.

A decisão de primeira instância, com base na IN-SRF 32/97, já determinou a exclusão dos encargos excedentes cobrados a título de TRD, no período compreendido entre 04 de fevereiro a 29 de julho de 1.991, mantendo a multa de ofício aplicada de 50% (cinquenta por cento).

Na peça recursal, juntada às fls. 349/351, além de informar que se limitava a discutir "... qual o valor dos acréscimos que devem ser adicionados ao principal a título de multa e juros", invocou a Recorrente os arts. 59 e 80 da Lei 8.383/91, pleiteando que sejam aplicados retroativamente ao período-base de 1.990, por força das disposições do art. 106, II, "c", do Código Tributário Nacional. Concluiu seu arrazoado afirmando que, estando diante de lei mais favorável, "... tais disposições não podem ser modificadas pela legislação superveniente", devendo prevalecer a multa máxima de 20% e juros moratórios de 1% ao mês, calculados sobre o valor do débito atualizado.

 3

Processo nº. : 10730.000010/96-15
Acórdão nº. : 108-05.450

Contra-razões da Procuradoria da Fazenda Nacional em Niterói
(RJ), propugnando pelo não acatamento do recurso.

É o Relatório.

V O T O

Conselheiro JOSÉ ANTONIO MINATEL - Relator

O recurso é tempestivo e dotado dos pressupostos de admissibilidade, pelo que dele tomo conhecimento.

O pleito da Recorrente esbarra em expressa disposição de lei, vigente para o período-base em que ocorreram os fatos tributados (1.990), qual seja, o art. 21 do Decreto-lei 401/68, matriz legal do art. 728, II, do Regulamento do Imposto de Renda, baixado pelo Decreto 85.450/80 (RIR/80), norma esta que está vazada nos seguintes termos:

“Art. 728 – Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas:

....

II – de 50% (cinquenta por cento sobre a totalidade ou diferença do imposto devido, nos casos de falta de declaração e nos de declaração inexata, excetuada a hipótese do inciso seguinte.”

Na formalização dos autos de infração, aplicou a fiscalização, exatamente, esse dispositivo legal, uma vez que já está consagrado, na doutrina e jurisprudência, que a subtração de valores da incidência tributária configura hipótese de declaração inexata.

Totalmente impertinente a pretendida aplicação retroativa do art. 59 da Lei 8.383/91, uma vez que a multa ali prevista é de caráter moratória, exclusiva

para as hipóteses de recolhimentos espontâneos, fora dos prazos legais fixados pela legislação tributária. Não é a hipótese dos autos, onde os tributos recolhidos foram apurados em procedimento de ofício, através de auto de infração, situação para a qual o ordenamento jurídico prevê multa específica e diferenciada, cuja aplicação afasta a incidência da multa de mora, entendimento de há muito consagrado, como se pode observar da Portaria GB 374/71 e IN-SRF/PGFN 01/80, sendo elucidativo o § 3º, do art. 5º, desta Instrução Normativa:

“§ 3º - A multa de mora não deve ser aplicada quando o valor do imposto já tenha servido de base para a aplicação de multa decorrente de lançamento “ex-officio””.

A redução da multa de ofício a que tem direito a autuada está prevista no § 2º do próprio artigo 728 do RIR/80, e constou expressamente dos autos de infração lavrados contra a Recorrente, estando ali consignado que, se o pagamento fosse efetuado dentro do prazo assinalado para a impugnação, haveria redução em 50% (cinqüenta por cento) no montante das multas de ofício aplicadas. Assim, os tributos liquidados pela autuada, dentro dos trinta dias subsequentes à autuação, devem estar acrescidos da multa de ofício líquida de 25% (50% da multa de ofício aplicada, que foi de 50%), e não multa de mora de 20%, como pretende a Recorrente.

No tocante aos juros moratórios, melhor sorte não pode estar reservada à Recorrente, uma vez que os lançamentos já estão depurados pelo expurgo dos encargos da TRD anteriores a agosto/91. A partir desta data, quando entrou em vigor a Lei 8.218/91, firmou-se a jurisprudência pela legitimidade da incidência da TRD como juros de mora, modalidade que foi aplicada até o advento da Lei 8.383/91, cujo art. 59, § 2º voltou a fixar os juros de mora à razão de 1% ao mês-calendário ou fração, calculados sobre o valor monetariamente atualizado.



Processo nº. : 10730.000010/96-15
Acórdão nº. : 108-05.450

O invocado art. 80 da Lei 8.383/91 também é impertinente, pois só reconheceu indevido o valor pago a título de TRD, quando incidente entre a data da ocorrência do fato gerador e a data do vencimento do tributo, que não é a hipótese dos autos. Aqui, os encargos da TRD estão incidindo a partir de agosto/91 sobre débitos já considerados vencidos, apurados através de auto de infração.

Por todos os fundamentos expostos, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 11 de maio de 1.998


JOSE ANTONIO MINATEL-RELATOR
